



Possibilidades Educativas da TV na Web¹

Rita Virginia ARGOLLO²

Edvaldo Souza COUTO³

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA

Resumo

A TV precisa redefinir o próprio conceito, repensar técnicas enquanto produtores conquistam novos espaços, como os possíveis com a internet. Refletimos em torno desta realidade e das possibilidades educativas que se depreendem dela. Com a abertura disponível a partir da Web 2.0, a TV e o até então telespectador ganham força e liberdade enxergando esta nova mídia como o lugar da sua fala, da troca e criação entre pares, da construção do conhecimento e não apenas o local do consumo, proposto pela mídia hegemônica. Neste estudo, discutimos a relação entre TV na web, Web 2.0 e educação, entendendo que a construção colaborativa de conteúdos passa necessariamente pelo conceito de novas educações e leva à elaboração de uma programação em que se discute o interesse de determinado grupo, comunidade, segmento – como estes sujeitos preferem e em que cada um se aproprie dos recursos dos meios.

Palavras-chave: TV na web; Web 2.0; construção colaborativa; novas educações; internet.

Em torno de uma nova TV

Bem distante daquela imagem de um aparelho ligado na sala de estar com a família atenta ao redor – ou ainda da bucólica cena do telezinho, de olho na novela das oito, no telejornal ou no desenho animado da tarde –, passamos por um momento em que a televisão precisa redefinir seu próprio conceito, em que é fundamental que se repense suas técnicas e em que seus produtores tentam conquistar novos espaços, como os possíveis com a internet. Entendemos que à medida que o mercado avança, inicia-se uma discussão teórica em torno de um novo conceito de televisão.

¹ Trabalho apresentado no NP Comunicação e Educação do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista; Professora de Produção, Edição e Direção em TV na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – FACED/UFBA – e membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias – GEC. rvargollo@yahoo.com.br

³ Doutor em Educação (UNICAMP), Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias. edvaldo@ufba.br



Aquela TV que, mesmo em transmissão ao vivo, engessa o telespectador com uma falsa idéia de interatividade, camuflada em padrões estabelecidos de distribuição de mensagens cada dia convence menos. Este modo de fazer televisão está fadado ao fracasso. Mas também não concordamos com a catastrófica posição defendida por Gildens, que em 1996 dizia: "a TV morrerá por afrontar a natureza humana: a vontade de auto-aperfeiçoamento e autonomia que tirou a raça humana da sordidez e oferece a única promessa de triunfo em meio às atuais diversidades" (Gildens, 1996: 13). Naquela ocasião, o autor ainda destacava:

Na próxima década, a lei do microcosmo assegura a substituição da televisão analógica, com suas redes e estações transmissoras centralizadas, por redes de computadores sem centro algum. Ao mesmo tempo em que oferecem uma cornucópia de interatividade, as redes de computadores conseguem realizar todas as funções da TV. (idem: 119)

Acreditamos, sim, numa transformação, num processo de reconfiguração do meio, em que o veículo televisão passa a ser remodelado para atender aos esperados avanços tecnológicos e ao novo perfil de consumidor de audiovisual que se forma a partir desta conjuntura. Não dá mais para insistir em pacotes estáticos, em não focar o público alvo, em não levar em consideração o papel de alguém que assiste a uma programação, mas que também se descobre capaz de interferir. Diríamos, além disso: sente-se no direito de interferir. Não só no sentido de produzir, mas também de monitorar, fiscalizar, reivindicar⁴.

É clara – e óbvia! – a migração de sistemas. Todos os suportes analógicos estão sendo substituídos por digitais, desde os processos de produção ao de transmissão – mesmo com toda a problemática política, econômica e tecnológica que envolve esta última. Mas não enxergamos o fim da televisão com o advento do computador. Diríamos, sim, que há uma ascensão cada vez maior da indústria da telemática. E compreendemos a fala de Gildens desta forma, como um avanço das possibilidades tecnológicas que levam claramente à integração técnica entre aparelhos de TV,

⁴ Um exemplo disso é o projeto de lei que tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal brasileiro. A proposta é determinar que as emissoras de rádio e de televisão divulguem, por meio de pelo menos dez inserções diárias, a sua condição de empresas concessionárias de um serviço público. Na justificativa da proposta, está o fato de que o rádio e a televisão não são empreendimentos meramente comerciais, mas um serviço público que pressupõe o atendimento das demandas do público. Assim, a União, por ser o poder concedente, deve agir em nome do receptor, garantindo que a exploração de tais serviços seja sempre exercida em função dos seus interesses. No artigo intitulado “Projeto pretende mudar a velha lei da radiodifusão”, o professor Laurindo Lalo Leal Filho reconhece que este é um processo lento, porém extremamente necessário e inconcebível há alguns anos atrás.

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4116



computadores e digitalização dos processos – seria algo como o acesso à web por meio do televisor e o acesso à programação televisiva por meio do computador⁵.

Desta forma, desponta com cada vez mais força as potencialidades e possibilidades da televisão na internet. O que ainda não nos parece claro é o que vem se denominando de Web TV. Em alguns casos, como o do próprio YouTube⁶, percebemos que o perfil está muito mais para a postagem de vídeos e de episódios/trechos de programas da TV convencional, que de uma nova televisão em si. Outras vezes, são os próprios canais hegemônicos⁷ que se utilizam do espaço da internet para disponibilizar parte de sua programação e materiais institucionais. Outro segmento é formado por softwares como o Megacubo⁸ e o Joost⁹, que oferecem a programação de diversas emissoras de canal aberto e fechado e também canais alternativos criados por internautas. E ainda exemplos que buscam criar uma programação e uma estética próprias, como a AllTV¹⁰ e a TV UERJ¹¹, esta última uma TV Universitária.

Se levarmos em consideração que o fazer televisivo envolve rotinas produtivas, transmissão, oferta de uma variedade de programas – e a produção deles –, ainda não identificaremos nestas iniciativas o que chamaríamos de televisão na atualidade. Percebemos diversas experiências em torno de uma nova proposta de se fazer e assistir à TV. Fechar um conceito, neste momento, talvez seja ainda prematuro. Mas é evidente que se deve vislumbrar este espaço proporcionado pela web com um olhar que vá além das perspectivas mercadológicas.

Diante desta problemática, este trabalho tem como objetivo a proposta de uma reflexão a cerca do fazer televisivo a partir da internet, levando em consideração os sujeitos e os procedimentos pertinentes a esta experiência, e as construções educativas possíveis que despontam em contraponto à postura asfixiante e dominadora dos grandes meios de comunicação e suas programações massificantes e alienadoras.

⁵ No texto “To Connect to the Internet, Just Turn on Your TV”, por exemplo, em que se discute a Consumer Electronics Show (grande mostra anual da indústria tecnológica, realizada nos EUA), é clara a ênfase dada ao assunto: “Se há um tema global na Consumer Electronics Show esta semana é que absolutamente todos os dispositivos nas nossas vidas estão se tornando um computador conectado à Internet”. Fonte:

http://www.nytimes.com/2009/01/12/technology/personaltech/12cesexec.html?_r=4&th&emc=th.

⁶ www.youtube.com

⁷ www.globo.com

⁸ www.megacubo.net

⁹ www.joost.com

¹⁰ <http://alltv.ig.com.br>

¹¹ www.tvuerj.uerj.br



O contexto da Web 2.0

E é justamente como contraponto ao modelo industrial dominante que consideramos interessante esta abertura que surge para a democratização do espaço de produção e distribuição. Com a Web 2.0¹², além da evolução do papel do internauta, que deixa de ser um mero expectador estático, temos ainda como vislumbrar a saída para a escassez do espectro de radiodifusão - que atrela o fluxo de conteúdos ao domínio de uma insignificante (em termos numéricos) parcela da população.

Entendemos que a partir das possibilidades disponíveis com a Web 2.0, a TV – e mais especificamente aquele que até então era apenas telespectador – ganha força e liberdade se passa a compreender que esta nova mídia pode ser enxergada como o lugar da sua fala, o lugar da troca e criação entre pares, o lugar da construção do conhecimento e não somente o local do consumo, proposto pelos meios de comunicação hegemônicos.

A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas e publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços Web, linguagem Ajax, Web *syndication*, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador. (Primo, 2007: 01)

Contribuindo para a composição de maneira partilhada e preenchendo espaços com nuances mais cidadãs, a Web 2.0 se materializa então como uma provável alternativa à escassez do espectro e à política vigente no sentido de permitir ao indivíduo comum, ou a grupos de indivíduos, a criação de espaços televisivos com programações de seu interesse, levantando discussões sobre temáticas mais próximas das suas necessidades - e não forjadas para que lhe sejam necessárias.

Assim, Brant (2007) lembra que como o espectro de radiodifusão é um bem escasso - ao contrário do espaço virtual da internet - as licenças deixariam de ser necessárias. Sendo um bem público, o Estado tem o dever de alocar os espaços

¹² O termo Web 2.0 foi usado pela primeira vez na “Web 2.0 Conference” em outubro de 2004, pelo americano Tim O’Reilly, apresentando, nomeando e defendendo a web como plataforma. Com este novo delineamento, o software não fica restrito ao uso em apenas uma máquina, mas disponível na web e é cada vez mais melhorado, aprimorado, à medida que é usado e testado coletivamente.
Fonte: <http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>



disponíveis. Só que esta distribuição não está baseada apenas em aspectos técnicos, mas principalmente políticos e econômicos. E o próprio autor questiona que com a digitalização, havendo espaço para todos, estaria dispensada a necessidade de regulação sobre o conteúdo.

Brant (*idem*) destaca os mecanismos de troca na comunicação, chamando a atenção para o fato de se tratar de um bem intangível e não-rival, pois quando uma pessoa consome informação (qualquer tipo de imagem, som ou dados) não priva outras de consumi-la também. Não há, desta forma, escassez natural. Assim, o mecanismo de preços não funciona neste setor. E mais: os custos são fixos, independente do número de unidades que se "fabrique". Portanto, haveria um superconsumo e uma falta de incentivos à produção. Esta lógica de mercado impõe uma escassez artificial.

Referindo-se a Garhhan, Brant (*idem*) aponta ainda para os valores de troca como proteção aos direitos de cópia, controle de acesso, obsolescência programada, associação a outro produto que tem valor de troca - programa de TV que vende a um patrocinador uma audiência potencial.

Historicamente, as políticas públicas são voltadas para um serviço específico. Com a digitalização, a convergência tecnológica e o surgimento da internet essa separação entre serviços torna-se nublada. Plataformas que eram usadas para o provimento de certo serviço começam a promover outro serviço diferente; o protocolo IP tem sido usado para carregar voz e imagens; operadoras oferecem serviços substituíveis usando tecnologias distintas. (Brant, 2007: 97).

É preciso compreender que a simples digitalização pode diminuir os entraves gerados pela escassez do espectro, mas não resolve o problema da pluralidade e diversidade na produção e acesso a estas mídias, uma vez que políticas para a pluralidade continuam sendo necessárias, embora precisem ser remodeladas.

Silveira, falando de redes virais e espectro aberto, enfatiza:

[...]noções como sociedade da informação e sociedade do conhecimento reforçam a percepção de que estamos construindo uma sociedade da hipercomunicação cujo salto decisivo ocorreu com a crescente centralidade da comunicação mediada por computador." (Silveira, 2007: 21).



O autor chama a atenção para o fato que a humanidade nunca compartilhou tanto a sua produção simbólica. Ele lembra que a maior enciclopédia que o mundo já viu escrita, a Wikipedia, se junta à evolução de práticas colaborativas que abrem espaço para a interação ativa, como o *slashdot*, a produção colaborativa de softwares livres ou a explosão participativa nos blogs e da rápida construção do YouTube.

A rede está assegurando a expansão do compartilhamento do conhecimento e da produção cultural. Mas não podemos esquecer que o desenvolvimento e a evolução da rede são fruto de um embate cultural e ideológico que vem sendo apresentado como se fosse uma disputa tecnológica, neutra, de caráter estritamente técnico. Aí se manifesta toda a ambivalência da rede, em que sua trajetória opõe e apresenta no mínimo dois componentes antagônicos, simultâneos, que expressam valores e objetivos distintos. Um quer aprofundar a liberdade de fluxos e a produção do comum, ou seja, ampliar os espaços públicos, a liberdade e o domínio público, seja no uso seja na evolução tecnológica da rede. O outro quer contê-la em um processo econômico baseado na apropriação privada do conhecimento, dos bens imateriais e dos espaços por onde transitam os fluxos. Nesse embate está sendo construído o futuro das comunicações. (ibidem: 26)

No Seminário da Info Web 2.0 no Brasil, realizado em 2007, sobre as tendências da internet nas empresas, a diretora do Núcleo de Tecnologia da Editora Abril, Sandra Carvalho enfatizou o atual perfil da web, que vai além do que poderia ser chamado de modismo:

A internet da colaboração, do conteúdo compartilhado, mixado, sampleado... A internet das ferramentas rápidas, que permitem a qualquer pessoa criar conteúdo, informação, entretenimento e não apenas consumir. Isso não é novidade. O caráter colaborativo da internet está no DNA da rede já no seu nascimento. O que houve é que isso floresceu, contaminou milhões e milhões de internautas e deu um salto quântico. (Carvalho: 2007)

Entendemos que o mercado não só cria as regras do jogo, mas busca estar na vanguarda ou, se este for o caso, rapidamente apropriar-se das pulsantes criações “espontâneas” dos que conseguem ir além da navegação na rede. Reforçamos, assim, a necessidade de que o indivíduo não se satisfaça com o produto pronto, entregue pela indústria como algo concluído e que forcemos a cada momento a construção de uma sociedade da aprendizagem. Esta nova configuração da internet e sua constante transformação nos chamam a atenção para o futuro das comunicações apontado por Silveira:



O estudo da comunicação social está sendo afetado pela digitalização expansiva de toda produção simbólica da humanidade. As teorias e os conceitos existentes mostram-se insuficientes. Jean-Louis Weissberg chamou a nossa atenção para as transformações que a digitalização impõe sobre a natureza das relações entre recepção e produção, afetando os papéis sociais e revolucionando as relações de força, sedimentadas no que ele denominou como cultura do impresso. Venício Lima alertou-nos sobre a necessidade de um repensar teórico e conceitual promovido pela convergência das telecomunicações, a comunicação de massa com a informática. (ibidem: 26-27)

Neste sentido, os processos educativos não podem, de maneira alguma, se manter distantes, desconectados da realidade na qual os sujeitos estão imersos.

Web 2.0, Web TV e novas educações

Efetivamente libertar aquele que navega na internet das amarras engendradas pelas leis do mercado. Este foi, possivelmente, o grande ganho impulsionado pela Web 2.0. Esta segunda geração da rede mundial de computadores possibilitou que o indivíduo saísse da posição daquele que está diante de uma vitrine, apenas suscetível a impulsos reativos e ações de consumo, para atingir um estágio em que a situação pode, sim, estar sob o seu comando. A nova web promoveu uma fantástica inversão de papéis, que independem de hierarquia, poder econômico ou qualquer outra variável desta natureza.

Mas Primo (2007) enfatiza que para que isso se aplique, é preciso que se rompa a fórmula tradicional do processo de comunicação pautado na sequência “emissor – mensagem – meio – receptor”, não só operacionalizando uma mudança de termos para “*webdesigner* – site – internet – usuário”, mas entendendo esta outra acepção de maneira integral, distante da aplicada aos meios de comunicação de massa de uma forma geral e mais adequada à realidade da cibercultura neste momento – e sem vender a falsa idéia da interatividade.

Mesmo se podendo reconhecer o avanço dessa formulação em contraste com o tradicional modelo informacional e massivo, é preciso denunciar a deficiência da proposta. Mantém-se ainda a polarização e a supremacia de um extremo, que tem o privilégio de se manifestar, enquanto a outra ponta ainda é reduzida ao consumo, mesmo que agora possa escolher e buscar o que quer consumir. (Primo, 2007: 11)



Ainda recorrendo a Primo (2007), compartilhamos da crítica ao termo “usuário”, como se a simples substituição do usual “receptor” por esta nova nomenclatura para referir-se a quem navega pela internet resolvesse o problema das possíveis amarras impostas pelo caminho. “Se para a indústria da informática a palavra “usuário” descreve bem seu cliente (aquele que *faz uso* de seus programas e equipamentos), do ponto de vista comunicacional o termo é reducionista.” (ibidem: 11-12). Por isso, na perspectiva do que aponta Primo (2003), apontamos para o termo “interagente”.

Enfim, tanto “receptor” e “usuário” são termos infelizes no estudo da interação. A proposta que aqui se defende é abandonar-se esses termos que denotam idéias limitadas sobre o processo interativo. Isto posto, este trabalho preferirá adotar o termo **interagente**, que emana a idéia de interação, ou seja, a **ação** (ou relação) que acontece entre os participantes. Interagente, pois, é aquele que age com outro. (ibidem: 08)

Neste sentido, podemos falar, sim, em um processo de libertação do utilizador. Daquele sujeito que desarticula barreiras, desbrava, encontra seus pares e perpassa o que Lévy (1999) apontaria como nuances de uma inteligência coletiva, que não está determinada automaticamente pelo crescimento do ciberespaço, mas que apenas cria ambiente propício para a mesma. É fundamental que existam circunstâncias que não só atuem como catalisadoras de novas frentes de produção e troca, no sentido todos-todos. É imprescindível que também fortaleçam e multipliquem estas ações. Integrar a produção que se disponibiliza na web é muito mais que uma necessidade.

Novo *pharmakon* (veneno e remédio), a inteligência coletiva que favorece a cibercultura é ao mesmo tempo um *veneno* para aqueles que dela não participam (e ninguém pode participar completamente dela, de tão vasta e multiforme que é) e um *remédio* para aqueles que mergulham em seus turbilhões e conseguem controlar a própria deriva no meio de suas correntes. (ibidem: 30)

Mediante a crescente convergência tecnológica e abertura de campo decorrente da Web 2.0, o utilizador/interagente vê o seu próprio direito reconhecido à medida que enxerga-se capaz de traçar a sua própria ecologia na web. Não só cria seu próprio desenho, seu próprio caminho de busca, mas trata daquilo que lhe interessa. Assume a posição do ser falante, liberto dos valores-notícia da indústria midiática e capaz de engendrar caminhos que passam pelas necessidades da coletividade à qual faz parte.



Isso entendemos como elementos impulsionadores de outras e novas aprendizagens, seguindo a perspectiva do conceito de *novas educações*¹³, em que o sujeito é conduzido a se apropriar dos processos de criação e construção, em que as TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação – são encaradas não como mais uma ferramenta num processo de ensino-aprendizagem unilateral, singular. Mas num sentido plural, imerso na cultura de cada um, de maneira estruturante de novas aprendizagens, descobertas, criações, ampliações. No sentido mesmo de se produzir novo conhecimento.

Pensar em “novas educações” é distinguir tal fenômeno cultural da sólida “escola única”, que vem servindo à consolidação do poder hegemônico. Esta distinção abre a brecha para o exercício de uma nova ordem, a qual pode ser instituída pelos poderes não-hegemônicos, com base nas múltiplas culturas imersas na horizontalidade, proporcionadas pela rede que entrelaça informações, saberes e pessoas. Isso significa ampliar a participação na produção e circulação de conhecimento, considerando seu caráter plural, enriquecido pela convivência com o global e seu caráter contextualizado, fundado na cultura local. (Bonilla, Picanço; 2005: 219)

Seja ainda em modelos experimentais, em formatos como os propostos pelo YouTube, Megacubo, Joost, TV Banana... Em ações isoladas ou não, mesmo sem uma definição clara do que venha a ser este novo campo, entendemos que a TV na web, a partir do seu potencial mobilizador, inovador e mais acessível àqueles que chamamos de sujeitos sociais, oferece um amplo potencial de caráter educativo, na medida em que torna viável a libertação daquele que era tão somente o alvo de um processo de comunicação pautado em regras comerciais. Este novo processo de aprendizagem se dá em rede, online, baseado na colaboração.

Considerações finais

Assim, defendemos a ideia de que a construção colaborativa de conteúdos passa pela nuance das novas educações e leva à construção de uma programação televisiva mais cidadã, em que se discute o que é de interesse de determinado grupo, determinada comunidade, determinado segmento – da forma como estes sujeitos entendam que seja a

¹³ O termo “novas educações” é apresentado por Bonilla e Picanço no artigo “Construindo Novas Educações”, que dá título ao livro “Tecnologia e Novas Educações”, organizado por Nelson Pretto. De acordo com as autoras, além de uma crítica ao uso simplista que o sistema educacional faz das novas tecnologias, a expressão aponta para o rompimento do modelo da “escola única”, que tem a “aula” como exclusiva possibilidade de espaço-tempo.



mais adequada e em que cada indivíduo se apropria do meio, cria e recria, à medida que achar pertinente. Este posicionamento, no mínimo, rompe com o agendamento dos veículos de comunicação tradicionais.

Soma-se a isto, a disponibilidade de um meio com a gigantesca força que a internet nos oferece, aliada à brecha da TV que é possível a partir da Web 2.0, o que faz despontar um amplo campo a se desvendar, discutir e se apropriar. A inversão dos pólos emissores de comunicação perpassa por outro entendimento do que vem a ser educação. Emitir informações e conteúdos dos mais diversos, mas voltados para o exclusivo objetivo comercial, como vimos, não pode ser a única via possível para a televisão.

Sem contar que as teses que propagavam a TV como o grande mal da humanidade escorreram ralo abaixo, por se mostrarem frágeis do ponto de vista de sustentação teórica e no âmbito da realidade dos indivíduos. Além disso, esta não pode ser a desculpa para o comportamento inerte daquele que se recusa a explorar a internet. Mais ainda: a TV na web se apresenta com a tremenda força de dois meios ferozes no que se refere à preponderância sobre os sujeitos.

Como vimos aqui, para fazer o que se chama de televisão a partir da internet, é imprescindível que se leve em consideração tanto sujeitos, quanto procedimentos envolvidos nesta experiência. Além disso, percebe-se o ganho com as construções educativas que surgem e se colocam à disposição do até então telespectador comum, como forma de contrapor a um discurso construído com bases econômicas e políticas. Compreender e se apropriar deste contexto e de seus mecanismos é urgente.

Referências Bibliográficas

ABREU, Jorge Tinidad Ferraz de; BRANCO, Roberto. **A convergência TV-Web: Motivações e modelos**. In: Comunicação e Sociedade, vol. 4, nº 1, 2002. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/abreu-ferraz-convergencia-TV-Web.pdf>, acessado em 30/04/07.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PICANÇO, Alessandra de Assis. **Construindo novas educações**, in PRETTO, Nelson De Luca. Tecnologia e Novas Educações. Salvador: EDUFBA, 2005, pp. 215-230.

GILDER, George. **A Vida Após a Televisão: Vencendo na Revolução Digital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, pp. 13–119.



HALMANN, A. L. ; ARGOLLO, Rita Virginia ; SAMPAIO, Joseilda ; ARAGÃO, Gécica de Oliveira. **TWiki e autoria colaborativa na web2.0: O GEC, seus sujeitos, produtos e processos** In: Actas do Encontro sobre Web 2.0. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED), Instituto Educação e Psicologia, Universidade Minho, 2008, p. 165-178.

HANSELL, Saul. **To Connect to the Internet, Just Turn on Your TV**. In: The New York Times, Personal Tech, 2009. Disponível em: http://www.nytimes.com/2009/01/12/technology/personaltech/12cesexec.html?_r=4&th&emc=th Acessado em 10/02/09.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **Projeto pretende mudar a velha lei da radiodifusão**. In: Carta Maior, Debate Aberto, 2009. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4116 Acessado em 10/02/09.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999, 264 p. (Coleção TRANS).

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software**. In: O'Reilly, 2005. Disponível em: <http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html> Acessado em 27/02/09.

PRIMO, Alex. **Quão interativo é o hipertexto? Da interface potencial à escrita coletiva**. Fronteiras: São Leopoldo, 2003, Estudos Midiáticos, v. 5, n. 2, p. 125-142. Disponível em http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/quao_interativo_hipertexto.pdf, acessado em 02/03/09.

_____. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. Brasília: E- Compós, 2007, v. 9, p. 1-21. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf>, acessado em 02/03/09.

_____. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

Seminário da Info Web 2.0 no Brasil, sobre as tendências da internet nas empresas. Disponível em: <http://info.abril.com.br/web20/>, acessado em 06/04/2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; GINDRE, Gustavo; BRANT, João; WERBACH, Kevin; BENKLER, Yochai. **Comunicação Digital e a Construção dos Commons: Redes virais espectro aberto e as novas possibilidades de regulação**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.